

CENSURA E REPRESSÃO NAS ONDAS DO RÁDIO ¹

CENSURE AND REPRESSION ONTO THE AIRWAVES

Rafaela Clezar ²

Marli Vitali ³

Resumo

A ditadura militar instaurou um período de censura e repressão à arte, cultura e meios de comunicação de forma explícita. Este artigo levanta dados históricos sobre a censura e repressão na Rádio Maristela de Torres (RS) durante o regime militar na década de 1960. Os depoimentos orais possibilitaram uma análise apurada sobre a forma como a emissora de rádio vivenciou a ditadura nessa década. A metodologia utilizada embasou o estudo de caso inédito até o momento sobre a censura em uma Rádio AM do interior do Rio Grande do Sul com base nos autores Prado (2012), Ferraretto (2001) e Assunção (2004). Alguns fatos desconhecidos em relação a censura tornaram-se conhecidos através de relatos dos apresentadores dos Programas do Sindicato e Música e Oração, os dois mais visados pela censura durante sua permanência no ar na época.

Palavras-chave: Censura no Rádio, Rádio, ditadura militar no Brasil.

Abstract

The military dictatorship established a period of censorship and repression of art, culture and media explicitly. This article specifically discussed censorship and repression in Radio Maristela Torres during the military regime in the 60 Oral statements made possible an analysis calculated on the shape in the radio station experienced the dictatorship in the air. The methodology (qualitative, documentary) underwrote the unprecedented case study to date on censorship in a Radio AM interior of Rio Grande do Sul based on authors Prado (2012), Ferraretto (2001) and Assumption (2004). Some unknown facts grating censorship became known through reports of the presenters' Union Programs and Music and Prayer, the two most targeted by censorship during their stay in the air at the time. It is hoped that this article further research on this topic so relevant.

Keywords: Censure on the Radio, Radio, military dictatorship in Brazil.

Introdução

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade SATC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

² Rafaela Clezar – rafaelaclezar@hotmail.com

³ Marli Vitali – orientadora - Faculdade Satc – marli.vitali@satc.edu.br

O período da ditadura militar iniciado na década de 1960 trouxe consigo a repressão através da censura, principalmente aos meios de comunicação, especificamente o rádio, concessão pública alvo constante dos censores (PAES,2002).

Conforme Ferraretto (2006) “no estado do Rio Grande do Sul agentes do Dops controlavam o conteúdo dos canais de informação contrários ao regime através de rádio-escuta”.

O presente artigo tem como problema: Como a Rádio Maristela viveu a censura durante a ditadura militar? O objetivo geral é analisar a presença da censura na época da ditadura militar na Rádio Maristela AM de Torres, Rio Grande do Sul. A problemática da pesquisa abrange os objetivos específicos: identificar quais programas foram censurados na rádio; relatar situações vivenciadas pelos locutores da época; citar expressões, termos ou músicas censuradas.

Neste artigo consta um breve histórico do Rádio no Brasil, a inserção do veículo no Estado do Rio Grande do Sul e sua influência política, religiosa e social. Resumidamente foi relatada a história do Regime Militar e suas três fases. De forma sucinta fica retratada a presença da censura no rádio gaúcho, especificamente na Rádio Maristela. Ainda será especificado o que foi censurado na Rádio Maristela, bem como, serão relatadas situações vivenciadas pelos locutores entre a década de 60, 70 e 80.

1. Fundamentação teórica

1.1 Rádio no Brasil

O rádio foi uma invenção do cientista e padre brasileiro Roberto Landell de Moura, em 1893. Polêmicas envolvem este feito. O cientista italiano Guglielmo Marconi teria patenteado o aparelho antes do padre gaúcho, pondo em dúvida a invenção de Landell. Fato este que, segundo Prado (2012), não se confirma:

Marconi conseguiu a transmissão de sinais telegráficos, sem fios, denominado radiotelegrafia. Já Landell foi o pioneiro na transmissão a distância, sem fios, da voz humana, por meio das ondas eletromagnéticas (PRADO, 2012, p. 27).

A história do rádio no Brasil iniciou-se em 1922, quando foi realizada a primeira transmissão radiofônica oficial, através de discurso do presidente Epitácio Pessoa, na exposição comemorativa do centenário da Independência no Rio de Janeiro. Conforme Moreira (1991, p. 15), “a mágica característica do rádio começava – ali – a fazer parte da história nacional”.

Um ano depois, em 1923, foi instalada a primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto, antropólogo, etnólogo e escritor,

considerado o pioneiro do rádio no País. Segundo Martins (2005), em artigo publicado na internet, uma das famosas frases de Edgard Roquette Pinto, faladas durante o programa “educação em massa”, merece ser citada aqui.

O rádio é a escola dos que não têm escola, é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil (ROQUETE PINTO, apud, MARTINS, 2005, s. p).

Na década de 1930 o rádio se popularizou em vários estados brasileiros a partir de sua regulamentação em 1932. Conforme Ferraretto (2001, p. 111), “este importante veículo de comunicação está presente na Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo”.

Um marco nessa época foi o pronunciamento em cadeia nacional do presidente Getúlio Vargas, sobre o decreto do Estado Novo⁴, anunciando a criação do "Programa Nacional", depois chamado “A hora do Brasil”, hoje denominado “A voz do Brasil”⁵. Em cada fase o programa tinha objetivos diferentes. Segundo Prado (2012, p. 99), “o Programa Nacional tinha por objetivo propagandear as realizações do governo federal. Sua obrigatoriedade veio em 1939, quando o país vivia a ditadura do Estado Novo e passou a se chamar A Hora do Brasil. O nome A Voz do Brasil só surgiu durante a ditadura militar”.

Na década de 1940 a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, estatizada pelo governo Getúlio Vargas, ganhou um modelo comercial e o rádio tornou-se mais dinâmico com a criação das radionovelas e programas musicais. A primeira novela, “Em busca da felicidade”, foi lançada em 1942 (PRADO, 2012). Quase uma década depois, em 1950, a chegada do transistor, abolindo o uso de fios e tomadas, deu maior mobilidade para este veículo de comunicação, o que garantiu um maior número de ouvintes.

⁴ Período autoritário iniciado no dia 10 de novembro de 1937 com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas e apoiado, entre outros, pelo general Góes Monteiro. O Estado Novo tinha como objetivo principal combater o comunismo e neutralizar a atuação do governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política. (Fonte: CPDOC Fundação Getúlio Vargas – disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em 13 de agosto de 2016).

⁵ A Voz do Brasil é um noticiário radiofônico obrigatório criado em 22 de julho de 1935 durante o governo de Getúlio Vargas com o nome de “A Hora do Brasil”. O propósito do programa é de divulgar ações dos três poderes. A Voz do Brasil é o programa de rádio mais antigo do mundo. O programa foi criado por Armando Campos, amigo de infância de Getúlio Vargas, e passou a ser transmitido em 22 de julho de 1935 com o nome de Programa Nacional. Somente em 1962 passou a se chamar “A Voz do Brasil”. Atualmente, o programa é transmitido por mais de cinco mil rádios em todo o país. (Fonte: Observatório do direito à comunicação). Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Vale relatar, nessa época, houve a inserção de programas de educação pela Igreja Católica por meio das dioceses da Região Nordeste do país com o propósito de conscientizar a população para a importância da educação na formação do ser humano.

Outro fato relevante da década foi o início das experiências de educação à distância não formal, pela Igreja Católica, por meio de dioceses da Região Nordeste, que em 1961, tornou-se o Movimento de Educação de Base (MEB) e foi ampliado para as regiões Norte e Centro-Oeste (PRADO, 2012, p. 216).

O MEB, voltado principalmente ao trabalhador rural, tinha a preocupação social de mostrar ao homem do campo seus direitos enquanto cidadão e aprimorar a consciência crítica da realidade social em que ele estava inserido. “Depois de 1968, o MEB enfrentou restrições, por ser de caráter conscientizador e aparentar perigos ao sistema ditatorial da época, sendo obrigado a moderar a pedagogia libertadora” (PRADO, 2012, p. 216).

Em 1960 surgiram as rádios com frequência modulada (FM) no Brasil, depois de uma transmissão experimental na Rádio Imprensa no Rio de Janeiro. Mesmo assim, sua consolidação enquanto veículo de comunicação ocorreu em 1968.

A transmissão em frequência modulada só adquiriu outra função quando, em 1968, o governo proibiu seu uso como link. As antigas concessões foram cassadas e, com as novas, as rádios foram obrigadas a manter uma programação exclusiva para a FM (PRADO, 2012, p. 261).

Um marco muito importante para os profissionais do rádio na época foi a regulamentação da profissão em 1963 por João Goulart, durante o I Congresso Nacional dos Radialistas, em Porto Alegre. Esta conquista gerou conflito entre a categoria e militares, resultando na perseguição de profissionais do rádio sindicalizados, alguns perderam seus empregos durante com o golpe militar de 1964. (PRADO, 2012).

A década de 70 foi a época do surgimento das rádios comunitárias, sem fins lucrativos e visando ao trabalho voluntário nas comunidades através de informações e serviços de utilidade pública. Segundo Prado (2012, p. 297), “o destaque da década de 1970 recai na consolidação das rádios comunitárias. Literalmente, um veículo para dar voz aos que não têm voz”.

Nesse período, sete anos depois, é publicado o Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM. Prado (2012) registra o número de reservas na época, 350 canais para operação de FMs educativas. As rádios educativas, diferente das rádios comerciais, são concessões vinculadas à Universidades, Fundações ligadas a governos estaduais ou municipais ou mesmo diretamente a prefeituras, com o objetivo de servir a sociedade de forma democrática e cunho educativo.

No que diz respeito à penetração do rádio no país, dados recentes de 2009, mostram que 87,9% dos domicílios brasileiros têm rádio. Mesmo com a criação de novas mídias (Ipad, Iphone, smatphone, MP3, MP4), o número de ouvintes é alto. As taxas de apreciadores do rádio por região mostram um índice mais elevado na Região Sul, com 93,4%, e o menor é da Região Norte, com 75,6% de casas com aparelhos (ABERT, 2013).

1.1.1 Rádio no Rio Grande do Sul

A história do rádio no Brasil deveria iniciar com o verdadeiro reconhecimento em 1893 do padre gaúcho Roberto Landell de Moura enquanto inventor deste meio de comunicação tão fundamental para a sociedade. A invenção do padre desencadeou o surgimento de muitas emissoras no país com o advento do aparelho. No estado do Rio Grande do Sul a primeira emissora de rádio surgiu na capital gaúcha.

Segundo Ferraretto (2001, s.p), a pioneira foi a Rádio Sociedade Rio-Grandense, fundada em Porto Alegre, no ano de 1924, por iniciativa do uruguaio Juan Ganzo Fernandez, proprietário da empresa de telefonia no estado, a Companhia Telefônica Rio-Grandense. A inauguração da emissora ocorreu no dia 7 de setembro de 1924, no sítio de propriedade de Ganzo, localizado no bairro Menino Deus, na época ainda denominado Vila Diamêla. Em 1926 a rádio fechou as portas por conta da concorrência com rádios argentinas adaptadas aos modelos comerciais e por falta de contribuição dos sócios que mantinham a emissora no ar, com colaborações mensais.

Não se conhecia uma emissora com publicidade, por isso sequer foi levantada essa possibilidade. A rádio parou de transmitir porque as pessoas ouviam as rádios argentinas, mais equipadas e com grandes atrações (BICCA, apud FERRARETTO, 2001, s.p).

A segunda emissora foi inaugurada em 25 de agosto de 1925, a Rádio Pelotense, na cidade de Pelotas. É a mais antiga emissora ainda no ar no Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1927 foi fundada a Rádio Sociedade Gaúcha, atualmente Rádio Gaúcha, por um grupo de personalidades de Porto Alegre. A emissora foi instalada no centro de Porto Alegre, no sexto andar do edifício do Grande Hotel, um dos mais altos da Capital na década de 20 (MOURA, 2001).

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul a primeira emissora foi a Rádio Osório, fundada em 28 de agosto de 1957, por Antônio Paula Benfica. A segunda foi a Rádio Maristela de Torres, objeto deste estudo, fundada em 31 de dezembro de 1957, pelo bispo da diocese de Caxias do Sul, dom Benedito Zorzi.

Atualmente estão em atividade no Rio Grande do Sul 481 emissoras de rádio, sendo 282 FM, 189 AM e 10 rádios comunitárias. Entre as 189 rádios AM, 140 encaminharam pedido de migração para a faixa FM em 2008. A Rádio Maristela de Torres está incluída neste processo (ABERT, 2013).

1.1.1.1 A Rádio Maristela

A Rádio Maristela é um projeto idealizado pela Igreja Católica, por este motivo, desempenha desde a sua fundação o seu objetivo maior: informar e evangelizar por meio do rádio. A emissora entrou em caráter experimental com o Slogan “A Voz da Comunidade”, em 31 de dezembro de 1957. Segundo o Livro Tombo da paróquia São Domingos de Torres (1918, p. 38), “a autorização oficial para a abertura foi publicada no Diário Oficial, no dia 13 de abril de 1957. O funcionamento de forma definitiva foi em 10 de fevereiro de 1958, tendo recebido o prefixo ZYU-74, operando na frequência 1.510 kHz”. No mesmo período, a Diocese de Caxias do Sul fundou a Rádio Miriam em Caxias do Sul. As duas faziam parte da mesma Diocese.

O estúdio (base) da emissora foi instalado em uma sala do hospital Nossa Senhora dos Navegantes. A programação, intercalada com músicas, notícias e utilidade pública, começava às 6 horas e terminava às 18 horas, com a oração da Ave Maria⁶.

Em 1974 a rádio teve a frequência alterada para 1.380 kHz. Atualmente o prefixo da emissora é ZYK-311. O nome da emissora tem um significado importante para a Igreja Católica. Conforme Zanandrea & Tissot (2007, p. 47), “Maristela vem do Latim e significa estrela do mar, uma alusão a Nossa Senhora dos Navegantes”.

O bispo dom Benedito Zorzi foi o responsável pela fundação da emissora, uma iniciativa da Diocese de Caxias do Sul. A Diocese de Caxias do Sul foi criada em 8 de setembro de 1934. Na época, a Rádio Maristela era o único veículo de comunicação de Torres entre as seis comunidades, hoje desmembradas da cidade (Três Forquilhas, Mampituba, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal e Três Cachoeiras). A emissora cobria os Vales do Mampituba, Rio Cardoso e Três Forquilhas⁷.

Em 1960, a Rádio Maristela foi transferida para uma casa atrás da igreja Santa Luzia (casa canônica). O primeiro diretor da emissora foi Nilton Nogueira, único médico da época na cidade. O primeiro locutor foi Catuno Paulo de Oliveira, já falecido. Antônio Rodrigues foi o segundo locutor da emissora, também já falecido. Antônio Luis Rodrigues Filho, natural de

⁶ Antônio Luis Rodrigues Filho, locutor, em entrevista ao locutor e atual Diretor da Rádio Maristela Leonir Alves em 14 de março de 2008.

⁷ Conforme dados disponíveis no site <http://www.memoriallandelldemoura.com.br>. Acesso em 24 de março de 2016.

Torres, apresentou o “Clube do Ouvinte”, iniciou na Maristela em setembro de 1958 e permaneceu na emissora até 1963 (ZANANDREA E TISSOT, 2007).

Somente em 1970 a emissora foi transferida para a rua Borges de Medeiros, 401, no centro de Torres. Nessa época houve a doação do terreno para a construção do prédio, onde permaneceu até o dia 13 de março de 2016. No dia 14 de março do mesmo ano, foi inaugurado o novo prédio, localizado na rua Manoel José de Matos, 40, local onde na década de 1960 a rádio estava instalada (LIVRO TOMBO, 1918).

Em 2007 novas mudanças foram realizadas. A Rádio Maristela passou a pertencer à Diocese de Osório, tendo assim autonomia para mudar programações, tornando-se integrante da Rede Gaúcha através de satélite e recebendo autorização para entrar em cadeia com notícias da hora e jornadas esportivas. Também nesse mesmo período começou, com transmissão 24 horas por dia e pela internet, na rede mundial de computadores. Em 2013 a Rádio começou a retransmitir as “Notícias da Hora”, da Rádio São Francisco de Caxias do Sul.

Durante o verão dois locutores foram contratados para fazer boletins com informações factuais do que acontece na cidade e região. O Repórter Verão é feito todos os anos e retransmitido por 14 emissoras da serra gaúcha.

A Rádio Maristela vivenciou o Regime Militar e a Censura nas décadas de 60, 70 e 80. Nessa época ocorreram perseguições, controle de informações, interrogatórios, prisões, desaparecimentos, mortes e inquéritos policiais fizeram parte da vida de muitos profissionais do rádio. É sobre estes temas que iremos falar no próximo capítulo.

1.2 Regime Militar e Censura

O Regime Militar marcou o período comandado pelos militares no Brasil, após o golpe civil-militar articulado pelas Forças Armadas em 31 de março de 1964, contra o governo do presidente João Goulart. “A centralização militar do poder significou a transferência do poder político para o interior das Forças Armadas; o poder ficava, portanto, no aparelho militar do próprio Estado” (PAES, 2002, p. 58).

Conforme Assunção (2004, p. 19), “março de 1964 foi o começo de tudo”. A época (1964-1985) marcou a instauração de vários atos institucionais, entres eles a censura, a perseguição política e a repressão aos contrários ao regime militar.

Para identificar os principais atos institucionais, o período é dividido em três fases distintas da censura no Regime entre a década de 60 e 80, implantadas no país. Conforme

Olivieri (2008), “a primeira se estendeu de 31 de março de 1964 à publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968”. Nessa fase, jornais de esquerda ou ligados a João Goulart foram depredados, invadidos ou interditados.

Pequenos jornais de esquerda ou ligados a Jango, como "Política", "Folha da Semana" e "O Semanário", foram depredados. O mesmo aconteceu com um dos grandes jornais da época, o "Última Hora", por ser simpático ao presidente deposto. Já o "Correio da Manhã", por denunciar os excessos dos militares, teve sua proprietária presa, além da sede invadida e interdita (OLIVIERI, 2008).

A segunda fase coincidiu com a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que institucionalizou o caráter ditatorial do regime e tornou a censura implacável até o início do governo Ernesto Geisel, em 1975. Segundo Olivieri (2008), a terceira fase amenizou a censura implantada nos governos Geisel e Figueiredo, período que compreendeu entre 1975 e 1985, e que deixou a censura mais branda, até que o regime democrático fosse restabelecido. O controle das informações dos meios de comunicação seguiu vigente até a Constituição de 1988, com o restabelecimento do regime democrático.

A vigilância dos meios de comunicação permaneceu até o restabelecimento do regime democrático, sob a presidência de José Sarney (PMDB), e a entrada em vigência da Constituição de 1988, que em seu artigo quinto estipula a liberdade de manifestação do pensamento (OLIVIERI, 2008).

A primeira emissora de rádio a se opor aos militares durante a ditadura foi a Rádio Marconi no Estado de São Paulo em 1964, fato este que lhe rendeu a prisão de um profissional, o radialista Orpheu Salles. A Rádio Marconi, criada em 1962, era conhecida como a rádio dos trabalhadores, e a partir de 1964 recebeu duras críticas por priorizar o jornalismo. E mesmo depois de parar com as críticas ao governo acabou fechando as portas.

Frequentemente os agentes do Dentel invadiam o estúdio, detinham os funcionários e deixavam a rádio fora do ar, até que os donos conseguissem uma liminar para voltar a operar. A partir de 1968 deixou de fazer críticas ao governo e à polícia e, em 1973, foi lacrada pelo governo Médici (MEMORIAS DA DITADURA MILITAR, 2012.).

Para controlar as proibições o governo criou órgãos responsáveis por interrogatórios e prisões em 1968. Conforme Assunção (2004, p. 22), “o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi revitalizado no regime. Em seguida ficou instituído o Departamento de Operações Internas, responsável pelos interrogatórios dos presos políticos”.

A censura também era exercida informalmente, por meio de telefonemas para os veículos de comunicação e comunicados por escrito ("bilhetinhos") proibindo a publicação de determinados assuntos (OLIVIERI, 2008).

Segundo o site Memórias da Ditadura Militar (2012), o regime militar além de ampliar a censura, baseava-se também na vigilância e repressão das organizações sociais, o intitulado trinômio vigilância-censura-repressão.

Por “vigilância”, o regime entendia a produção de informações e a espionagem sobre pessoas e organizações vistas como subversivas ou opositoras. No final dos anos 1960, esse tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado numa ampla legislação repressiva, que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os atos institucionais e complementares, a Constituição de 1967 e suas emendas (MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR, 2012).

A censura foi um dos meios adotados pelo regime militar para evitar qualquer tipo de informação contrária ao governo. No Rio Grande do Sul, as rádios passavam pelo crivo dos censores, notícias e músicas deveriam ser avaliadas pelos programadores, locutores e operadores antes de serem colocadas no ar.

1.3 Censura no Rádio Gaúcho

A censura foi uma das armas usadas pelos militares durante o Regime para o controle de informações. Segundo Santana (2006), “a censura aos canais de informação e à produção cultural foi intensa, tudo era acompanhado muito de perto pelos censores do governo”. A Música Popular Brasileira (MPB), uma das produções culturais difundidas na época, era tida como uma ameaça para a população e o Estado.

A Música Popular Brasileira foi tratada como um ser nocivo pelo Estado, capaz de fazer mal à população. Segundo o governo, elas eram ofensivas às leis, à moral e aos costumes. A canção de protesto Para não dizer que não falei das flores, do cantor Geraldo Vandré, tornou-se a mais cantada pelos manifestantes (SANTANA, 2006.).

Conforme Santana (2006), “entre os nomes da época que tiveram suas músicas censuradas destacam-se Chico Buarque, Odair José, Os Mutantes, Os Incríveis, Dom & Ravel, Simonal, Roberto Carlos, Elis Regina, Caetano Veloso, Bethânia, Taiguara, Nara Leão e Raul Seixas”.

A censura nas rádios do Rio Grande do Sul tornou-se evidente a partir de 1969 com a forte atuação do Departamento de Censura Federal em sintonia com órgãos repressivos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops).

Em Porto Alegre, em torno de 15 agentes vão trabalhar no Departamento de Censura Federal. Uma das atividades desenvolvidas é a escuta da programação das rádios. Os noticiários, em especial, recebem uma maior atenção dos censores. Com a legislação obrigando à gravação das transmissões, por ordem do governo, pode-se requisitar fitas, comprovando denúncias de desrespeito às regras em vigor (FERRARETTO, 2006.).

Os comunicados da censura inicialmente chegavam em forma de ofício, logo depois por telex e por telefone. Os avisos identificavam de quem partia as determinações num primeiro momento, sendo adotado o anonimato com o passar dos dias.

Para agilizar o processo, dada a quantidade de proibições, utiliza-se o telex. Os textos, cada vez mais vagos para ampliar a possibilidade de autocensura, começam a adotar outras fórmulas sem identificação de origem – “Por ordem superior...”, “Por determinação superior...” ou “Fica proibido...” – e, com o tempo, são substituídos por rápidas ligações telefônicas (FERRARETTO, 2006).

O jornalista Cláudio Brito relata um caso ocorrido na Rádio Gaúcha de Porto Alegre no início dos anos 1970, comprovando que a proibição da veiculação da notícia veio antes do conhecimento do jornalista de uma bomba no local.

Era uma tarde chuvosa de inverno e um telefonema da Polícia Federal determinava que nada fosse divulgado sobre a bomba instalada e que seria desarmada em uma agência bancária do centro da cidade. Uma papeleta foi colocada sobre a mesa do redator e um aviso idêntico afixado no vidro do aquário do estúdio. Em poucas linhas, como de costume, apenas dizendo: “Atenção! Atenção! Atenção! Notícia proibida: bomba na Rua da Praia, em agência bancária! Recado da Polícia Federal”. FERRARETTO, apud BRITO, 2006).

A censura atingiu as radionovelas na Rádio Continental e alterou o horário de sua veiculação. Foi o caso da radionovela *Meu Pai, Qual o caminho Certo?*, última produção do gênero no Rio Grande do Sul. Com estreia marcada para 10 de maio de 1971, o drama seria transmitido às 13h20, mas a censura adiou o lançamento em uma semana e mudou o horário de transmissão para as 23h30.

Considerada pelo Departamento de Censura Federal muito forte para o horário vespertino, a novela tem de ser transferida às pressas para o fim de noite, sendo substituída, no início da tarde, pela bem menos polêmica *As Últimas Flores de Verão*, de Maria Monteiro Paneraí (FERRARETTO, 2006).

O roteiro do programa de humor e sua identidade original foram às pressas reescritos pelo redator em função de veto dirigido à redação, algumas palavras eram subversivas e consideradas ameaçadoras.

Eloy Terra tem de reescrever o roteiro, rapidamente, das 11 às 12h20, horário do programa. Irritado com o censor Clóvis Arruda, que impõe o veto devido à expressão “sem frescura”, considerada atentatória à moral, o redator rebatiza o 13º signo com o sobrenome do agente da PF (FERRARETTO, 2006).

O escritor Luis Fernando Veríssimo também foi alvo da censura. Suas crônicas lidas na Rádio Continental obrigaram o diretor da emissora Fernando Westphalen a comparecer à Polícia Federal para explicar o porquê da veiculação das crônicas, (FERRARETTO, 2006). O superintendente da PF no Rio Grande do Sul, coronel Luiz Macksen de Castro Rodrigues, censura a veiculação:

Olha, o senhor tem de compreender, Chico Buarque de Hollanda e Luis Fernando Veríssimo são uns recalcados devido ao sucesso dos pais [referência ao historiador Sérgio Buarque de Hollanda e ao escritor Erico Veríssimo]. Então, fazem estas coisas agressivas, subversivas... Vocês não podem dar guarida a isto, porque isto não é arte (FERRARETTO, 2006).

O diretor da rádio Continental procurou rebater o momento de censura com astúcia.

Coronel, vamos combinar o seguinte: o senhor pode falar para mim de censura, de segurança, de guerra e eu aceito e respeito, mas não fale de arte e de música que isto, o senhor tenha paciência, eu sei que o senhor não sabe e está dando prova agora. Então, vamos deixar assim. Agora, veja bem, se deixarem, eu continuo tocando Chico e colocando os textos do Veríssimo no ar (FERRARETTO, 2006).

A Rádio Continental na década de 70 sofreu com as constantes censuras dos militares. As transmissões da emissora foram suspensas várias vezes pelos censores. Foi a rádio mais atacada pelo crivo dos órgãos de repressão (FERRARETTO, 2006).

1.4 Memória

A memória guarda aquilo que fica registrado na vida individual, e de certa forma registra lugares, pessoas, momentos do passado ainda presentes. Durante as entrevistas realizadas para o presente trabalho percebeu-se a riqueza de cada história, detalhes que marcam e são trazidos à discussão. Bosi (2004, p. 51) afirma que “antes de ser atualizada pela

consciência, toda lembrança vive em estado latente, potencial”. Isto significa revelar, quando acionados pela consciência, os momentos guardados na mente.

O resgate do passado é uma reconstrução do que já foi vivido, um despertar do que continua vivo no subconsciente de certa forma. O passado sobrevive de lembranças. Cada ser humano guarda em seu espírito o que foi vivido em forma de imagens e lembranças (BOSI, 2004).

É necessário um testemunho deste resgate para que a história relatada confirme-se e ganhe conteúdo próprio e testemunhal. Para Ricouer (2003, s. p), “o testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar”.

A história pode, de certa forma, trazer à tona memórias dolorosas, fatos traumatizantes, segredos pessoais e coletivos.

A história engloba um horizonte de acontecimentos passados mais amplo do que a memória, cujo alcance é mais reduzido e pode parecer devorado pelo vasto campo do tempo histórico. Além disso, a história pode introduzir comparações que tendem a relativizar a unicidade e o caráter incomparável de memórias dolorosas (RICOUER, 2003).

Através de lembranças a memória recorda momentos únicos, situações vividas no passado e resgatadas no presente. É como se o passado fosse conservado por muito tempo e trazê-lo à tona requer cuidado. A lembrança tem data definida e embora não se perceba norteia os dias daqueles que relembram o passado.

Para Candau (2012, p. 16), “a memória ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, para produzir uma trajetória de vida”. Cada um carrega consigo situações vividas ao longo dos dias e muitas delas os acompanham por anos, moldando a forma de ver o mundo.

A memória é a identidade do ser individual atuando. Recordações de traumas, tragédias, momentos conturbados deixam marcas físicas e mentais. A memória coletiva remete a traços de um amigo desaparecido, guarda vestígios a partir do que é salvo dele e dos depoimentos de quem os conheceu (BOSI, 2004).

O resultado disso é o esquecimento daquilo que não se deseja relembrar. As falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente (CANDAU, 2012).

Identificar o que se precisa saber e como será indagado todo o processo da recuperação de momentos muitas vezes não registrados em livros somente é possível através de depoimento.

Segundo Thompson (1998, p. 204) , “a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Identificar o que não está sendo dito por palavras é o mais difícil em um depoimento oral. O depoimento oral é uma forma de resgate histórico. Retrata ensinamentos sobre o passado e a época em que o depoimento é produzido. É uma produção aprofundada de documentos e fontes (DELGADO, 2010). Através do depoimento oral é possível a comprovação do que se busca, antes ainda não confirmado pelo entrevistador. O depoimento é a prova concreta do que foi vivido e agora está sendo confirmado.

Um depoimento de história de vida requer uma sequência de entrevistas e a aceitação por parte do entrevistado, para que se possa iniciar um diálogo.

Normalmente, um depoimento de história de vida é prolongado e compõe-se de uma série de entrevistas, realizadas com periodicidade previamente combinada entre entrevistado e entrevistador. O processo pode se estender por longo período, ou então se concentrar em semanas. (DELGADO, 2010, p. 21).

Neste artigo as memórias são reconstruídas através de depoimentos orais de profissionais da Rádio Maristela. Nestes depoimentos é possível identificar momentos vividos durante a ditadura militar.

2. Procedimentos metodológicos

Para entender a presente pesquisa é importante conhecer os fundamentos metodológicos aplicados. Do ponto de vista da sua natureza é fundamental, ou seja, sem aplicação prática e baseado em verdades colhidas durante a pesquisa. Conforme Cervo (2007, p. 58), “é a iniciação científica, que deveria constituir-se em objeto de desejo de todo e qualquer estudante em nível de graduação”.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, não necessitando de técnicas estatísticas. Para Rauen, (2015, p. 156) “ repelem a noção de hipótese, preferindo organizar a investigação em torno de questões de pesquisa”.

Ao observar os objetivos, a pesquisa é exploratória, envolve levantamento bibliográfico e entrevistas. Segundo Cervo (2007, p. 63) , “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes”. No presente estudo foram realizadas entrevistas orais com cinco pessoas que atuaram na programação da Rádio Maristela no período pesquisado, Nilson Léo da Rocha Lumertz, Paulo

Daitx, Padre Mariano Callegari, Ari Raupp Vieira, bem como o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais de Torres José Carlos de Matos.

A pesquisa bibliográfica é documental e estudo de caso, elaborada a partir de material já publicado, buscando nos livros e artigos propostas de estudo e discussão. De acordo com Rauen (2015, p. 169), “define-se o levantamento, a leitura, o fichamento, a análise e a interpretação de informações manuscritas, impressas ou digitalizadas”.

Também é documental, recorrendo a diversas fontes, sem tratamento analítico. Foram analisados documentos de absolvição de crimes contra a Lei de Segurança Nacional imputados ao Padre Mariano Callegari.

Três matérias do Jornal O Pioneiro postadas na internet também tiveram de ser analisadas para embasar a questão da ditadura militar em Caxias do Sul. Isso foi necessário, porque na época a Rádio Maristela pertencia à Mitra Diocesana de Caxias do Sul e era dirigida pelo bispo dom Benedito Zorzi, personalidade envolvida com os trabalhadores rurais de Caxias do Sul e contrário à ditadura militar. Para Cervo (2007, p. 62), “são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”.

Como se trata de uma pesquisa que envolve a Rádio Maristela e um período de sua história, trata-se de um estudo de caso. Conforme Rauen (2015, p. 160), “um estudo de caso é uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de modo a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. O estudo de caso permite que se conheça e examine de maneira mais detalhada um indivíduo, grupo ou comunidade representativa em um universo delimitado (CERVO, 2007).

3. Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados durante a pesquisa nortearam todo o processo de fundamentação teórica e embasaram a análise do tema proposto neste artigo. Entender o contexto histórico ajuda a compreender de que forma a Rádio Maristela viveu a censura durante a ditadura militar. O objetivo geral deste artigo é analisar a presença da censura na época da ditadura militar na Rádio Maristela AM de Torres, Rio Grande do Sul.

Por meio de entrevistas com profissionais da Rádio Maristela na década de 1960 e 1970, Nilson Léo da Rocha Lumertz, Paulo Daitx, padre Mariano Callegari e Ari Raupp, foi possível entender como a emissora vivenciou a censura durante o período, a postura da mesma e quais os posicionamentos de cada entrevistado. Foi entrevistado também o atual representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Torres, José Carlos de Matos, e que até

os dias atuais permanece com programa na emissora. Cabe ressaltar que o padre Mariano Callegari terá um destaque maior em um espaço separado dos demais pela relevância de sua história enquanto locutor e líder atuante na época da ditadura militar.

3.1 Rádio Maristela e o Regime

Ao falar sobre o Regime Militar na Rádio Maristela é necessário contextualizar a época com a programação da emissora. Na década de 1960 a programação da rádio era voltada para serviços de utilidade pública, avisos paroquiais e notícias da região. A emissora era o único meio de comunicação entre as comunidades pertencentes a Torres. A audiência foi se consolidando e foi necessário colocar agentes (pessoas comuns) em cada comunidade onde chegava o som da rádio. Essas pessoas eram responsáveis por trazer até a emissora as chamadas “dedicatórias”. Este vínculo entre a comunidade e a emissora era muito forte, os ouvintes identificavam-se com a proposta da rádio: evangelizar e informar. (ALVES, 2009).

Durante a ditadura militar a emissora se manteve a favor do Regime Militar implantado, em função do presidente da emissora à época, o bispo dom Benedito Zorzi, temer represálias do Conservadorismo Católico, segundo o padre Mariano Callegari⁸. “A rádio era a favor, como as rádios de São Paulo e o bispo era a favor dos padres e nunca assumiu a postura de arcebispos que apoiavam a ditadura”. Em Caxias, dom Benedito criou o Centro de Orientação Missionário (COM) em 1969, em que o coordenador foi o padre Orestes Straglioto e o irmão Antônio Cechin (que depois, em Porto Alegre, foi preso e torturado). O COM orientou e articulou missionários de toda América Latina no período de 1970 a 2003 (PIONEIRO, 2013).

Em suas memórias, padre Mariano lembra que em Caxias do Sul o padre e professor Dalcy Angelo Fontanive, para não ser torturado, morto ou degolado, precisou sair da cidade e casar com a filha de um general do Rio de Janeiro. Dalcy Angelo Fontanive nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. É bacharel em Filosofia (UCPel), graduado em Psicologia (PUC/RJ), Doutor em Psicologia da Educação (UFF/RJ), Psicanalista e Membro Efetivo da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ).

Cabe aqui referenciar estas memórias do padre Mariano como recordações de traumas, tragédias, momentos conturbados. A memória remete a traços de um amigo, guarda vestígios a partir do que é salvo dele e dos depoimentos de quem os conheceu (BOSI, 2004).

Fontanive deixou a cidade após perder o emprego em tempos de perseguição política. Contrário à intervenção militar e ao regime ditatorial, foi para o Rio de Janeiro em busca de

⁸ Padre Mariano Callegari. Em entrevista à autora em 6 agosto de 2016.

novas perspectivas. Na época, era diretor da Faculdade de Filosofia de Caxias, criada em 1959 pela Mitra Diocesana. Ele foi preso em 18 de abril de 1964 (PIONEIRO, 2016).

Entre 1964 e 1985 foram instaurados vários atos institucionais, entres eles a censura, perseguição política e repressão aos contrários ao regime militar. (ASSUNÇÃO, 2004). O locutor Nilson Léo da Rocha Lumertz, um dos entrevistados neste artigo, iniciou na Rádio Maristela em dezembro de 1971, aos 16 anos. Ele lembra do pior momento do regime militar enfrentado enquanto era locutor.

Em 1972 os profissionais tinham que ter um extremo cuidado na hora de falar. Nada ia para o ar antes de passar pelo diretor da época Enio Rosa e pelos programadores João Roberto Teixeira (já falecido) e Paulo Daitx. Eu lembro de duas músicas censuradas na época e proibidas no rádio, *Apesar de você*, do cantor Chico Buarque, e *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré⁹.

A censura aos canais de informação e à produção cultural foi intensa, tudo era acompanhado muito de perto pelos censores do governo (SANTANA, 2006). Locutores e programadores tinham de ter cuidado com a veiculação de algumas músicas deste gênero.

O programador e locutor Paulo Daitx era um dos programadores da emissora em 1971, foi também alvo da vigilância dos censores. Em 1968, após a instalação do ato AI5, a censura na rádio Maristela era constante. “A programação começava com o locutor assumindo a responsabilidade do programa até o fim. O locutor era muito vigiado, ele tinha a programação encaixotada, não tinha improviso, era estabelecido o assunto, ele tinha que ser escrito e arquivado. Além disso toda a programação da emissora era gravada desde a abertura até o encerramento¹⁰”.

Este controle nas rádios do Rio Grande do Sul era feito através de rádio-escuta por agentes do Departamento de Censura Federal (FERRARETTO, 2006). Paulo também apresentava o Programa “Clube dos Namorados” no período da noite e anunciou que iria colocar no ar a música *Pra não dizer que não falei das flores*, sem consultar a lista de músicas proibidas. Embora não tivesse executado a canção, já que depois viu que a música constava na lista, o rádio-escuta pegou a voz do locutor anunciando a música. No outro dia foi intimado a levar até a delegacia de Torres a fita de gravação onde estava o anúncio. Para dar um esclarecimento do fato, ele lembra que usou um dos programas para justificar por que anunciou a música e não a executou. Esta gravação foi entregue ao delegado da época. Este foi o primeiro programa censurado em função de veiculação de músicas consideradas proibidas pelo governo.

⁹ Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016 com o locutor da Rádio Maristela na década de 1971 Nilson Léo.

¹⁰ Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016 com o locutor e programador da Rádio Maristela na década de 1971 Paulo Daitx.

Segundo Ferraretto (2006), “a gravação das transmissões das rádios eram obrigatórias, podendo ser requisitadas fitas, comprovando denúncias de desrespeito às regras em vigor”. Mensalmente era enviado pelo DENTEL¹¹ (Departamento Nacional de Telecomunicações) à emissora uma lista com aproximadamente cem músicas proibidas. Na lista constava o título da canção, o intérprete e o cantor. Na programação musical era necessário constar o cantor e intérprete rodados nos programas. O programador enviava para o DENTEL em Brasília tudo documentado.

Em 1969 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres entrou no ar com o “Programa do Sindicato”, que era realizado semanalmente às terças-feiras, das 13h às 13h30. O principal objetivo era levar aos trabalhadores rurais da cidade e região as informações sobre a entidade sindical. A apresentação era feita pelo presidente do Sindicato Adail Oliveira do Nascimento e pelo delegado sindical de Morrinhos do Sul, Ari Raupp Vieira¹².

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres foi criado em 26 de abril de 1962, após assembleia realizada no Clube Atlântico Torrense. A sede do sindicato foi instalada em Três Cachoeiras, mas havia uma delegacia e um delegado sindical em outras localidades. Somente em 1968 a sede foi transferida para Torres e instalada em uma sala junto ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Os principais objetivos do órgão sindical era organizar e conscientizar os agricultores (ADAMS FILHO, 2015/2016).

Um fato, em uma reunião em Roça da Estância, em uma transmissão externa teria sido o estopim para a censura do programa e a cassação do presidente do sindicato. Um dos palestrantes teria admitido que “se preciso fosse o sindicato usaria a força para alcançar os seus objetivos”¹³. O palestrante, Silom Oliveira do Nascimento, era irmão do presidente do sindicato e no calor do momento acabou falando esta frase.

Este fato chegou ao conhecimento de autoridades militares e foi instaurado um Inquérito Policial Militar em dezembro de 1969, tendo como consequência a cassação dos direitos políticos e sindicais do presidente da época, Adail Oliveira do Nascimento¹⁴. Foram solicitadas pelos militares gravações do programa que o sindicato apresentava na Rádio Maristela, para que o teor do que era colocado pelos apresentadores fosse verificado.

Para controlar as proibições na época da ditadura o governo criou órgãos responsáveis por interrogatórios e prisões em 1968. Conforme Assunção (2004, p. 22), “o Departamento de

¹¹ Órgão fiscalizador executivo do Ministério das Comunicações, extinto com a criação do super Ministério da Infra-Estrutura, em 1990, pelo Governo Collor. (NASCIMENTO, 2005) – Disponível em http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_8053.asp - Acesso em 04 de setembro de 2016.

¹² Entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2016 com o delegado sindical de Morrinhos do Sul na década de 1969 Ari Raupp Vieira.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

Ordem Política e Social (DOPS) foi revitalizado no regime. Em seguida ficou instituído o Departamento de Operações Internas, responsável pelos interrogatórios dos presos políticos”.

Mesmo assim, após a saída dos apresentadores e intervenção militar em função de conteúdo considerado uma afronta ao regime militar, o programa seguiu no ar, sendo apresentado pelos presidentes, funcionários e delegados sindicais. Ele permanece no ar até hoje.

3.2 Padre Mariano Callegari

Padre Mariano Callegari foi um dos profissionais da Rádio Maristela mais prejudicados pela censura. O programa que apresentava na emissora foi encerrado em função de perseguições. Callegari nasceu no dia 27 de abril de 1932 em Monte Bérico, município de Farroupilha, serra gaúcha. Foi ordenado padre em 1959 em Caxias do Sul. Durante 12 anos permaneceu como pároco da paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da Estância, no município de Mampituba.

Aos 84 anos ele relembra os tempos da ditadura e as seguidas perseguições enquanto sacerdote e locutor. “Fui acusado de subversivo pelos militares, até de comunista fui chamado”, desabafa o padre. O regime militar, reprimiu organizações sociais, espionava pessoas vistas como subversivas ou opositoras, baseando-se na Lei de Segurança Nacional (MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR, 2012).

Em 1969 entrou no ar o Programa “Música e Oração”, com duração de 30 minutos. Era apresentado diariamente de segunda a sexta-feira. Tinha a supervisão e apresentação dos padres Mariano Callegari e Roberto Pezzi, com a participação de jovens das comunidades rurais de Roça da Estância e Rio do Meio, ambas do município de Mampituba. O conteúdo do programa era livre, intercalado com músicas e informações da atuação de jovens trabalhadores rurais, bem como anúncio de reunião, análises da situação que as comunidades rurais viviam e conquistas destes grupos. Ele foi suspenso em dezembro de 1969 em função de perseguições pelos censores do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Conforme padre Mariano, um dia após apresentar o programa (ele não recorda a data precisa) militares estavam no salão paroquial de Torres e perguntaram a ele quantos quilômetros teria de Torres a Roça da Estância, local onde o padre residia. Ele respondeu que exatamente não sabia e percebeu que estava sendo perseguido no trajeto que fazia diariamente¹⁵. Conforme Candau (2012, p. 17), “as falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção agem no presente”.

¹⁵ Padre Mariano Callegari. Entrevista já citada.

Segundo o padre, há dois casos de morte que envolvem jovens que participavam do programa. Um deles foi encontrado enforcado, já o outro foi assassinado e cortado em pedaços. O padre relata que o jovem morador do Rio do Meio, um dos locutores do programa, pediu que o religioso o confessasse em um domingo. Esse pedido teria sido designado pelo militar Doralicio da Silva, soldado destacado na Roça da Estância, que teria inclusive raspado a cabeça do jovem. Doralicio da Silva, conforme relatado pelo padre Mariano, foi quem entregou o documento de imputação de crimes para os padres, um dia após apresentação de uma das edições do programa na rádio.

Um dia eu estava lá na casa paroquial com as mulheres, nós tínhamos escola de corte, costura e artesanato. Chegou lá um dos meus líderes e disse: “padre eu quero me confessar. Confessar domingo. O soldado Doralicio da Silva me mandou aqui para me confessar”. “Ué”, eu disse, “o que que tem a ver soldado Doralicio da Silva. Mas em todo caso tu quer te confessar eu te confesso”. Ele morava no Rio do Meio. “Então o soldado te mandou aqui pra se confessar, e foi ele que te raspou a cabeça?” “Sim”. Ele era um dos meus locutores na rádio Maristela. Eu confessei e pronto, aí não se fala mais sobre o assunto. Aí vou dormir, lá pela meia-noite vieram me acordar. ‘Padre, padre o fulano de tal foi encontrado enforcado!’ Eu não me lembro nem do nome dele, mas está escrito no Livro Tombo, bastante declarado¹⁶.

No dia da celebração da missa de corpo presente, prefeitos de Torres, Praia Grande, São Francisco de Paula e outras cidades estiveram na igreja acompanhando o sermão do padre que não se conformava com a morte do jovem.

Eu celebrei a missa e comecei a desconfiar. Eu falei, eu disse, eu como padre a minha obrigação é fazer um enterro bem feito, bonito, eu disse perante todo mundo, agora o resto não é comigo, é com a Justiça, é com o destacamento da polícia aqui perto¹⁷.

Quase cinco décadas depois dos fatos, o religioso ainda recorda com precisão os fatos que vivenciou, recordando e trazendo pontos que considera relevantes para a discussão do período de ditadura. A lembrança antes de passar pela consciência permanece guardada em forma de memória (BOSI, 2004). São essas memórias que mantêm ativa a mente do padre Mariano, sempre que o assunto envolve o regime militar.

Outra história que ele destaca é do jovem Dorvací Pereira Lentz, também locutor do programa de rádio. Um dia, Dorvací o procurou na paróquia para se despedir. Ia procurar trabalho em Caxias do Sul. Um tempo depois em frente a paróquia estava uma Kombi preta de Caxias do Sul trazendo o caixão do jovem. Como orientação o caixão não poderia ser aberto. Inconformados com a morte, parentes abriram o caixão e encontraram o corpo do jovem em

¹⁶ Idem.

¹⁷ idem.

pedaços. “Nós abrimos o caixão. Fui lá ver, tava ele em pedaços dentro do caixão. Ele foi cortado em pedaços”¹⁸.

Padre Mariano relata ainda que no ano de 1969, época do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, foi perseguido pelos representantes do DOPS, durante seus sermões na paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da Estância, do município de Mampituba. “Fui perseguido, mas tenho orgulho de ter lutado contra a ditadura. Sempre fui a favor dos humildes. Sou um dos poucos padres incluídos no livro *Brasil Nunca Mais*”. O que não está sendo dito por palavras pode ser observado nas entrelinhas do enunciado da frase (THOMPSON, 1998).

O número de processos contra pessoas no Rio Grande do Sul chegou a 40 no período de 1964 a 1975¹⁹. Centenas de desaparecidos, perseguições e mortes sob tortura marcaram este período no Brasil. Foram 7.367 pessoas alcançadas pela repressão de 1964 a 1979. Aproximadamente mil morreram ou desapareceram (ASSUNÇÃO, 2004).

A atuação de padre Mariano na colaboração para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres e na organização da Juventude Agrária Católica (JAC) e sua luta social para que as terras das famílias de Mampituba fossem regularizadas serviram para que ele fosse enquadrado nos artigos 16 e 45, item 1, da Lei de Segurança Nacional, acusado de comunista e subversivo. O religioso foi julgado e absolvido dos crimes pelo Tribunal Militar em Porto Alegre²⁰. Trecho do documento de absolvição anexado aqui traz dados sobre viagens de Mariano que eram monitoradas pelos militares.

Figura 1

¹⁸ Idem.

¹⁹ Brasil Nunca Mais Virtual, 2013- Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br> - Acesso em 21 ago 2016.

²⁰ Conforme cópia do documento de absolvição, apelação número 38 875 do Rio Grande do Sul, assinado em 29 de outubro de 1971, pelo Procurador da 1ª Categoria da Justiça Militar Raymundo Leonam de Almeida Nobre.

APELAÇÃO Nº 38 875 - RIO GRANDE DO SUL

Confirma-se a sentença por seus jurídicos fundamentos. Não se reunindo provas de comportamento que encontre adequação na Lei de Segurança Nacional, justifica-se a absolvição, com a qual está de acordo a Procuradoria-Geral.

Relator : MIN. DR. WALDEMAR TORRES DA COSTA
Revisor : MIN. GEN. EX. ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS
Apelante : A Procuradoria Militar da 1ª Auditoria da 3ª CJM
Apelada : A sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM que absolveu os Padres ROBERTO EGÍDIO PEZZI e MARIANO CALLEGARI dos crimes previstos nos arts. 16 e 45 item I, o primeiro e 45 item I e 39 item IV, o segundo, tudo do Dec. Lei 898/69.

Vistos e examinados os presentes autos, dê-lhes se verdadeira que foram denunciados os Padres católicos ROBERTO EGÍDIO PEZZI e MARIANO CALLEGARI, como incurso o primeiro nos arts. 16 e 45 item I e o segundo nos arts. 45 item I e 39 item IV do Dec. Lei 898/69.

Segundo a denúncia, o Padre ROBERTO, valendo-se da sua condição de sacerdote, abordava em seu sermão, por ocasião da celebração de missas, aspectos relacionados com as atividades subversivas de alguns padres e o incidente que culminou com a morte de Marighela.

Também a denúncia o acusava de participar de reuniões do sindicato dos agricultores, juntamente com outros padres, dentre os quais o segundo denunciado.

Afora esses fatos, também teria, no sermão do dia 8 de novembro, agredido as autoridades constituídas, em razão das ações de padres envolvidos na atividade subversiva do Frei Boto, procurando indispor as autoridades com a população.

Quanto ao segundo denunciado, considerado de orientação marxista, com viagens à Rússia e a Cuba, patrocinadas pela Mitra Diocesana de Caxias do Sul, exerce grande atividade em sua paróquia, proclamando a necessidade de implantação do regime cubano no Brasil para a solução dos problemas nacionais e se serve de sua qualidade de sacerdote para difundir a sua propaganda subversiva.

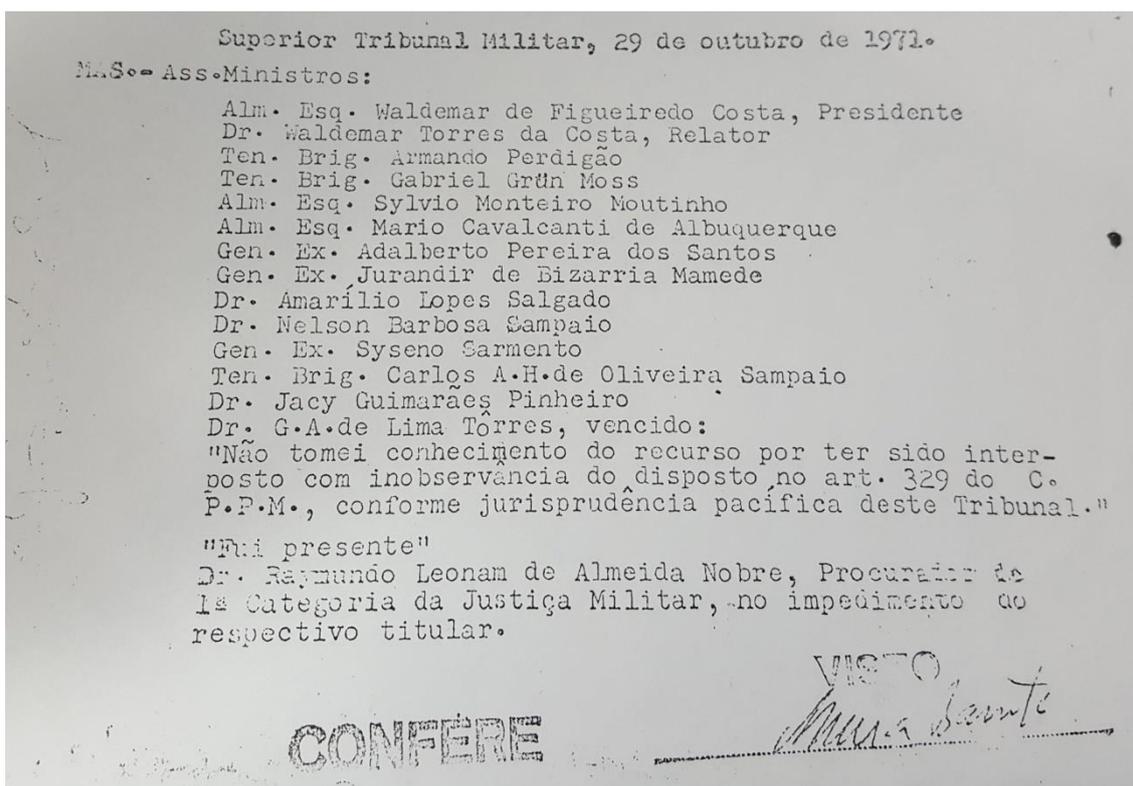
Documento de absolvição de crimes contra a Lei de Segurança nacional.

Ainda no teor do documento consta a “acusação de participar de reuniões de sindicatos de agricultores e de se cercar de elementos de grupos dos 11²¹, pregando, ao púlpito, a subversão da ordem política e social”.

²¹ O movimento grupo dos onze surgiu no Brasil em outubro de 1963, sob o comando de Leonel de Moura Brizola. O principal objetivo deste movimento era evitar um golpe militar. DOCUMENTOS REVELADOS, 2013 - Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos->

Segundo o documento de absolvição, somente dois anos após a condenação, em 29 de outubro de 1971, julgados pela auditoria de guerra em Porto Alegre e pelo Superior Tribunal, no Rio de Janeiro, os padres Marino Callegari e Roberto Pezzi foram absolvidos por unanimidade de pena que poderia variar de dez a 30 anos de prisão, chegando à pena de morte, dependendo da interpretação dos órgãos julgadores.

Figura 2



Documento de absolvição dois anos após a condenação do padre Mariano Callegari.

A tortura psicológica sofrida na época acompanha padre Mariano até os dias atuais. "Você deve ver as palavras que eu digo (voz embargada), sofro ainda hoje as consequências daquilo tudo, me deixou meio *tan tan*"²². Ele é assistido por psicólogos e embora tenha sido mais uma vítima da ditadura nunca foi indenizado, mesmo tendo sido absolvido dos crimes que lhe foram imputados.

[onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/](#) - Acesso em 26 ago 2016.

²² Padre Mariano Callegari. Entrevista citada.

4. Considerações finais

Durante este artigo fica evidente a comprovação da problemática inicial: a forma como a Rádio Maristela viveu a censura durante a ditadura militar. Embora de maneira velada, a emissora não se manteve contrária ao regime da época. Em função de temer represálias da Igreja Católica, o presidente da emissora na época, bispo Dom Benedito Zorzi, mostrou-se neutro às represálias dos censores na programação diária da rádio. Os objetivos específicos definidos nesta pesquisa foram comprovados através de depoimentos orais, já que não há arquivos da emissora da época. Três programas foram alvos de censura e repressão militar: “Clube dos Namorados”, “Programa do Sindicato” e “Música e Oração”.

Gravações foram solicitadas para a comprovação de expressões usadas consideradas inadequadas, músicas proibidas não poderiam nem sequer ser mencionadas pelos locutores. Houve ainda o afastamento de profissionais considerados “subversivos” e “comunistas”, processos foram instaurados e programas foram encerrados em função de perseguições e inquéritos policiais.

O locutor Nilson Léo da Rocha Lumertz, um dos entrevistados neste artigo, relatou que em 1972 não havia improvisado e o que iria para o ar passava antes pelo diretor da época Enio Rosa e pelos programadores João Roberto Teixeira (já falecido) e Paulo Daitx.

O programador e locutor Paulo Daitx, foi também alvo da vigilância dos censores. Segundo depoimento a esta autora, a programação começava com o locutor assumindo a responsabilidade do programa até o fim. Era estabelecido o assunto, ele tinha que ser escrito e arquivado.

Em uma edição do Programa “Clube dos Namorados” apresentado pelo locutor no período da noite ele anunciou que iria colocar no ar a música *Pra não dizer que não falei das flores*, sem consultar a lista de músicas proibidas. Embora não tivesse executado a canção, já que depois viu que a música constava na lista, o rádio-escuta pegou a voz do locutor anunciando a música. No outro dia foi intimado a levar até a delegacia de Torres a fita de gravação onde estava o anúncio. Paulo lembra que usou um dos programas para justificar por que anunciou a música e não a executou. Esta gravação foi entregue ao delegado da época.

Ari Raupp, um dos apresentadores do “Programa do Sindicato” também viveu momentos de censura no ar. Um fato, em uma reunião em Roça da Estância, em uma transmissão externa teria sido o estopim para a censura do programa e a cassação do presidente do sindicato, na época também apresentador do programa. Um dos palestrantes teria admitido que “se preciso fosse o sindicato usaria a força para alcançar os seus objetivos”²³. O palestrante,

²³ Idem.

Silom Oliveira do Nascimento, era irmão do presidente do sindicato e no calor do momento acabou falando esta frase.

Este fato chegou ao conhecimento de autoridades militares e foi instaurado um Inquérito Policial Militar em dezembro de 1969, tendo como consequência a cassação dos direitos políticos e sindicais do presidente do sindicato. Foram solicitadas pelos militares gravações do programa apresentado na Rádio Maristela, para que o teor do que era colocado pelos apresentadores fosse verificado.

Padre Mariano Callegari, também foi alvo da censura e repressão militar enquanto religioso e apresentador. Ele foi acusado de comunista, subversivo e de participar do grupo dos onze. Seu programa contava com a participação do Padre Roberto Pezzi e jovens agricultores da comunidade de Roça da Estância e Rio do Meio, pertencentes ao município de Mampituba. O programa foi encerrado devido a duas mortes de dois jovens que participavam do mesmo. Segundo o padre um foi degolado e o outro jovem cortado em pedaços. Detalhes das mortes e nomes dos jovens conforme depoimento do padre estavam escritas no Livro Tombo da paróquia Senhor Bom Jesus da Roça da Estância. O Livro não foi localizado. Conforme informações do pároco de Morrinhos do Sul, Rodrigo Shüller, não há até o momento uma explicação para o desaparecimento deste livro tão importante para a Igreja Católica.

Estas mortes citadas pelo padre Mariano Callegari, deverão servir como objeto de estudo para futuras pesquisas em relação a este tema. Não há até o momento nenhuma publicação, seja em livros, revistas ou informativos, acerca destas mortes não contabilizadas como morte por tortura em função da ditadura militar. Famílias precisam ser indenizadas em função disso.

Referências

ABERT – Assessoria de Comunicação, 2013. Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/17959-mercado-de-rádios-comerciais-fm-cresce-36-em-cinco-anos/17959-mercado-de-rádios-comerciais-fm-cresce-36-em-cinco-anos> Acesso em 20 ago 2016.

ADAMS FILHO, Nelson. **História Torres Aspectos** – VOL. II. Torres: Gráfica São José, 2015/2016.

ALVES, Leonir. Análise de aspectos da linguagem radiofônica no programa Bom Dia Litoral. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp154491.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ASSUNÇÃO, Fernando Luiz. **Assassinados pela Ditadura Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Memórias dos Velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BRASIL NUNCA MAIS VIRTUAL, 2013 – Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/> - Acesso em 21 ago 2016.

CANAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CENSURA NO PERÍODO DA DITADURA. Miriam Ilza Santana, 2006. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/censura-no-periodo-da-ditadura/> . Acesso em: 12 ago. 2016.

CERVO, Amado Luiz. Bervian, Pedro Alcino. Silva, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao> - Acesso em 19 ago 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

DOCUMENTOS REVELADOS – Artigo de Aluizio Palmar, 2013 Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/> - Acesso em 26 ago 2016.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio O Veículo, A História E A Técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

GOLPE DE 1964: DO HUMOR Á CENSURA – Artigo de Luiz Artur Ferraretto, 2006 Disponível em <http://www.radionors.jor.br/2014/03/golpede-1964-do-humor-censura-2006-luiz.html> - Acesso em 13 maio 2016.

LIVRO TOMBO (1918) – paróquia São Domingos de Torres – Acesso em: 24 mar. 2016.

MARTINS, Mara Lúcia. ROQUETTE PINTO: O PRECURSOR DA EDUCAÇÃO NO RÁDIO – Artigo publicado em 2005 Disponível em http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_06.html - Acesso em: 22 mar.

MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR – Projeto do Instituto Herzog, 2012 Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/> - Acesso em: 16 maio. 2016.

MEMORIAL LANDELL DE MOURA – informações atualizadas em 2008, Disponível em <http://www.memoriallandelldemoura.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MEMÓRIA, HISTÓRIA, ESQUECIMENTO. Paul Ricouer, 2003. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia - Acesso em: 07. Set. 2016.

MOREIRA, Virginia Sonia. **O Rádio no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1991.

MOURA, MACHADO, Berenice, Cláudia. **Memórias da comunicação: encontros da ALCAR RS**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

NASCIMENTO, Sérgio. DENTEL – DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2005. Disponível em http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_8053.asp - Acesso em 04 set 2016.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO Á COMUNICAÇÃO . Wilson Silveira, 2010. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=24859> – Acesso em: 20. ago . 2016.

O REGIME MILITAR E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Antonio Carlos Olivieri, 2008. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/censura-ditadura-militar.jhtm>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PIONEIRO, 2013. **Diocese de Caxias do Sul abrigou Centro de Orientação Missionária com participantes da América latina durante Ditadura Militar** . Junior, Porthus

PIONEIRO, 2014. **50 Anos do Golpe Militar** . Pozza, Rosilene

PIONEIRO, 2016. **Bento-gonçalves Dalcy Angelo Fontanive reflete sobre educação, liberdade, religião e filosofia** . Agência RBS

PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Iniciação Científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação**. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1998.

UMA HISTORIA DO RÁDIO NO RIO GRANDE DO SUL. Luiz Arthur Ferraretto, 2006. Disponível em <http://www.radionors.jor.br/2014/03/golpede-1964-do-humor-censura-2006-luiz.html> - Acesso em 16 mai 2016.

ZANANDREA, Fabiana & TISSOT Ramon Victor. **Rádio Miriam 50 anos comunicando vida**. Caxias do Sul: UCS, 2007.

Entrevistas orais

CALLEGARI, Mariano. Padre/locutor. Entrevistado por Rafaela Clezar. Mampituba, gravação em áudio e vídeo em 6 agosto de 2016.



LUMERTZ, Nilson Léo da Rocha. Entrevistado por Rafaela Clezar. Torres , gravação em áudio em 24 de agosto de 2016.

DAITX, Paulo. Entrevistado por Rafaela Clezar. Torres , gravação em áudio em 24 de agosto de

VIEIRA, Ari Raupp. Entrevistado por Rafaela Clezar. Torres , gravação em áudio em 26 de agosto de 2016.

MATOS, José Carlos de. Entrevistado por Rafaela Clezar. Torres , gravação em áudio em 26 de agosto de 2016.